

Fernando Henrique na lista dos processados

Gregori enviará relação de 140 nomes para o Congresso

BRASÍLIA - Antes de deixar o cargo, o ministro da Justiça, José Gregori, vai passar por um constrangimento. Terá de enviar ao Congresso uma lista preparada pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos com os nomes de 140 políticos, alvos de processos judiciais. O documento faz parte da Campanha Nacional contra a Impunidade e traz o nome de Fernando Henrique, chefe e amigo pessoal de Gregori. O presidente é acusado de crime eleitoral. A lista coloca lado a lado políticos acusados de homicídios com outros processados por discursos feitos na tribuna do Congresso.

A campanha contra a impunidade dos políticos começou a ser feita em novembro do ano passado, quando o Ministério da Justiça recebeu denúncia contra um deputado estadual da Paraíba, acusado de matar uma estudante. Desde então, a Secretaria vem recebendo levantamentos do Ministério Público e dos Tribunais de Justiça nos estados, com os nomes e as acusações nos cadastros jurídicos, que pesam contra cada político.

Ao lado de Fernando Henrique, figura na lista o ministro da Saúde, José Serra. Segundo o documento do ministério, ambos são acusados por infringir o artigo 377 do Código Eleitoral, que não permite a utilização de serviços e dependências de repartições públicas para beneficiar organizações ou partidos políticos.

Crimes - Há acusados e indiciados por vários tipos de crimes, passando por difamação, calúnia, violação de domicílio, receptação, lesão corporal, falsificação de documentos, apropriação indébita, estelionato e homicídio. A lista inclui nomes famosos, como o do presidente do Vasco, Eufício Miranda, apontado como responsável pela queda de alambrado em São Januário.

No documento, figuram também muitos nomes da oposição. Entre eles o presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, Nelson Pelegrino, membro do Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana do Ministério da Justiça. Pelegrino disse que foi acusado de crime de delito de opinião quando era deputado estadual, por denunciar um desembargador. "Só pode ser isso", diz. O deputado também foi processado por um delegado que ajudou a afastar do cargo na Bahia.

A lista só não ficou ainda maior porque a Secretaria Nacional de Direitos Humanos não recebeu os dados da Justiça de cinco estados: Ceará, Espírito Santo, Pernambuco, Piauí e Sergipe.